

- 1- ATAS
 - 1.1- Reunião Ordinária de Debates
 - 1.2- 13ª Reunião Especial Destinada à Comemoração dos 50 Anos de Fundação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais
 - 1.3- Reuniões de Comissões
 - 2- MATÉRIA VOTADA
 - 2.1- Plenário
 - 3- ORDENS DO DIA
 - 3.1- Plenário
 - 3.2- Comissões
 - 4- EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO
 - 4.1- Plenário
 - 4.2- Comissão
 - 5- TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÃO
 - 6- PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR
 - 7- MATÉRIA ADMINISTRATIVA
-

ATAS

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA, EM 18 DE SETEMBRO DE 1995**

Presidência do Deputado Wanderley Ávila

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - Falta de "quorum" - **ORDEM DO DIA.**

COMPARECIMENTO

- Às 20h15min, comparecem os Deputados:

Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Rêmoló Aloise - Aílton Vilela - Alberto Pinto Coelho - Arnaldo Penna - Bonifácio Mourão - Carlos Murta - Clêuber Carneiro - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Elmo Braz - Geraldo Santanna - Gil Pereira - João Leite - José Maria Barros - Marco Régis - Maria Olívia - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Romeu Queiroz.

Falta de "Quorum"

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - A lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de "quorum", e convoca os Deputados para a extraordinária de amanhã, dia 19, às 20 horas, e para a ordinária da mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada pelo Sr. Presidente é a publicada na edição anterior.).

**ATA DA 13ª REUNIÃO ESPECIAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 15 DE SETEMBRO DE 1995,
DESTINADA À COMEMORAÇÃO DOS 50 ANOS DE FUNDAÇÃO DO SINDICATO DOS JORNALISTAS
PROFISSIONAIS DE MINAS GERAIS**

Presidência do Deputado Wanderley Ávila

SUMÁRIO: ABERTURA - Atas - Nomeação de comissão - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional Brasileiro - Palavras do Deputado Alencar da Silveira Júnior e do jornalista Geraldo Melo Corrêa - Entrega de comendas - Palavras do jornalista Américo Antunes - Apresentação do Coral da ASTER - Entrega de placa - Palavras do Sr. Presidente - **ENCERRAMENTO**

ABERTURA

- Às 20h15min, comparecem os Deputados

Wanderley Ávila - Maria José Haueisen - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Bilac Pinto - Geraldo Nascimento - João Batista de Oliveira - João Leite - Marco Régis - Maria Olívia - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa.

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e

em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, a Sra. 2ª-Secretária, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Atas

- **A Deputada Maria José Haueisen, 2ª-Secretária**, procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Nomeação de Comissão

O Sr. Presidente - A Presidência designa os Deputados Raul Lima Neto, Miguel Martini e João Leite para, em comissão, introduzirem no recinto do Plenário as autoridades e demais convidados que se encontram no Salão Nobre.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - Esta Presidência convida a tomarem assento à mesa o Sr. José Ulisses de Oliveira, Secretário de Estado de Comunicação Social, representando o Governador do Estado em exercício, Walfrido dos Mares Guia; o jornalista Geraldo Melo Corrêa, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais; os Senadores Júnia Marise e Francelino Pereira; os Deputados Federais José Santana de Vasconcellos, ex-Presidente desta Casa, Tilden Santiago e Nilmário Miranda; o jornalista Américo Antunes, Presidente da Federação Nacional de Jornalistas - FENAJ - ; e o Deputado Mauro Lobo, Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a comemorar os 50 anos de fundação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais.

Execução do Hino Nacional Brasileiro

O Sr. Presidente - Convido todos os presentes a ouvirem o Hino Nacional Brasileiro, interpretado pelo coral da Associação dos Servidores do Tribunal do Trabalho da 3ª Região, sob a regência do maestro Sérgio Lúcio Alves.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Alencar da Silveira Júnior, autor do requerimento que suscitou esta homenagem.

Palavras do Deputado Alencar da Silveira Júnior

Exmo. Sr. Deputado Wanderley Ávila, Presidente em exercício desta Casa; Exmo. Sr. Dr. José Ulisses de Oliveira, Secretário de Estado de Comunicação Social, representando, nesta solenidade, o Governador do Estado em exercício, Dr. Walfrido dos Mares Guia; Sr. jornalista Geraldo Melo Corrêa, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais; Exma. Sra. Senadora Júnia Marise; Exmo. Sr. Deputado Federal José Santana de Vasconcelos, ex-Presidente desta Casa; Deputado Nilmário Miranda, ex-Deputado desta Casa; jornalista Américo Antunes, Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas; Deputado Mauro Lobo, Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia, senhoras, senhores, convidados, jornalistas, companheiros, o Sindicato dos Jornalistas, desde a origem, fez-se herdeiro da história democrática desse País. Surgiu em 6/9/45, quando a democracia despertava, revigorada com a vitória dos aliados na II Guerra Mundial. Tempos libertos, mas não plenos.

Se, no século passado, partiu desta terra o ato de repúdio à ordem régia que proibiu o uso da imprensa no Brasil, em nosso século foi o Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais a primeira voz de rebeldia contra a legislação perversa e fascista imposta, na época, à organização sindical brasileira. A entidade mostrava a que vinha. Nascia já sob o signo da luta contra os inimigos da liberdade.

Na década de 60, quando a nuvem autoritária toldou os horizontes nacionais, a instituição fez-se trincheira, bastião avançado da resistência democrática. Quando as verdades eram ditas à meia voz, como se se envergonhassem de serem verdades, sob o teto da Casa do Jornalista abrigavam-se os que ousavam fazer da palavra instrumento denunciador do arbítrio e da prepotência.

Cinquenta anos se passaram desde aquele 6/9/45. O Sindicato, nascido da coragem e do idealismo, cresceu e consolidou-se. Cresceu mais que tudo em seu patrimônio humano e moral, em seu compromisso com a imprensa livre, com a justiça e com a democracia. Não pensam que foi meio século de facilidades. Muitos tombaram sob a opressão dos que desprezam a força do direito porque só conhecem o direito da força. Perseguições e atentados, penúria e dificuldades de todo gênero, tudo conspirou contra a entidade. Nada, porém, foi grande suficiente para suplantar sua fé no poder da palavra, da informação isenta, do trabalho paciente e incansável de formar a opinião pública.

Muito, sem dúvida, ainda precisa ser feito. Entre nós, as condições ideais para o exercício do jornalismo ainda estão distantes. Os bons serviços que a categoria presta à comunidade mineira são resultado do idealismo heróico de profissionais comprometidos com seu papel na sociedade. O justo reconhecimento do trabalho desses operários da comunicação, que não conhecem medo e obstáculos, ainda não é, infelizmente, regra geral.

Temos, no entanto, a certeza de que o Sindicato dos Jornalistas, que aprendeu na luta a ser forte e persistente, conseguirá vitória sobre vitória, conquistando condições dignas para o exercício de uma profissão que é, mais que outras, guardiã da dignidade humana.

Esta Casa, representando o povo mineiro, une-se aos sentimentos do Sindicato dos

Jornalistas Profissionais de Minas Gerais para comemorar, com justo orgulho, esses 50 anos. Foram 16 diretorias que, junto com os associados, construíram uma história digna do passado e das mais caras tradições mineiras.

Este parlamento presta ao sindicato e a todos os jornalistas que militam em Minas Gerais essa homenagem, que é a expressão do sentimento de nossa gente. Muito obrigado.

Palavras do Jornalista Geraldo Melo Corrêa

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais em exercício, Deputado Wanderley Ávila; Sr. Secretário José Ulisses de Oliveira, representante do Governador em exercício, Dr. Walfrido dos Mares Guia; Senadora e jornalista Júnia Marise; Deputado Federal José Santana, ex-Presidente desta Casa; Deputado Federal e jornalista Nilmário Miranda; jornalista Américo Antunes, Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas; Deputado Mauro Lobo, Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia; Deputado Federal Tilden Santiago, ex-Presidente do Sindicato dos Jornalistas; companheiros e demais presentes, nem a diretoria atual, nem as anteriores, nem os jornalistas mineiros poderiam se apropriar desta grande festa de comemoração dos 50 anos do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais.

Não seria direito considerarmos como nossa a alegria desta comemoração, pois esse sindicato já nasceu com enorme sensibilidade para entender os problemas do Brasil, considerando-se responsável pela procura incessante de soluções.

Nosso sindicato nasceu e se criou na resistência, amadurecendo conceitos éticos e de direito que forjaram o exercício profissional do jornalista e destacaram uma profissão pautada pela liberdade e pela democracia, cujo único limite é a responsabilidade.

Se repassarmos as páginas de nossa história, de maneira um pouco mais crítica, iremos encontrar, no movimento que congregava gráficos, editores, escritores e jornalistas em 1935, algumas receitas para superar a crise por que passa o movimento sindical na atualidade.

Aquele pequeno grupo que se reunia sob a sigla da União dos Trabalhadores do Livro e Jornal, sabiamente, aliava a luta sindical por melhores salários e condições de trabalho à intensa participação na luta social, reclamando do autoritarismo e empunhando a bandeira das liberdades democráticas.

Sob essa máxima, criava-se, no dia 6 de setembro de 1945, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais. Ali se iniciava uma história de resistência, de prisões, de arbitrariedade, de intimidações, mas também de coragem e de ousadia.

Seu primeiro Presidente, Ney Otaviano Bernis, liderava a categoria contra o preconceito do Governo Federal e exigia que os profissionais mineiros tivessem os salários equiparados aos de seus colegas do Rio e de São Paulo. Talvez, tenha sido essa a primeira vitória em direção à conquista da dignidade profissional. Cumprindo, ainda, o compromisso de resistência, essa diretoria se recusou a apresentar os atestados ideológicos de seus membros, exigidos, na época, como forma de coerção e controle dos futuros líderes sindicais, enfrentando de forma corajosa a ditadura de Vargas.

As intermináveis reuniões sucediam em duas pequenas salas da Av. Afonso Pena, travando-se um rico debate sobre a nossa profissão e a conjuntura autoritária da época. Uma profissão que teve seu primeiro decreto-lei de regulamentação em 30 de novembro de 1938, já pesando sobre ela o braço impiedoso do Estado, que exigia para o exercício profissional não qualquer tipo de formação superior ou acadêmico, mas o atestado de folha-corrída, cujo teor isentasse o proponente de processos ou de condenações por crime contra a segurança nacional.

Era a fórmula encontrada pelo Governo de manter o controle absoluto da informação e, por consequência, dos partidos políticos, dos sindicatos e da sociedade civil organizada.

Por ali passaram exímios jornalistas comprometidos com a profissão e com os ideais democráticos, como os saudosos Cid Rebello Horta, José Frederico Sobrinho, Ricardo de Carvalho e Gonçalo Coelho dos Santos.

Estão ainda hoje, participando da vida sindical, alguns de forma mais modesta, mas sempre presentes, com seus conselhos, com suas experiências, com suas histórias, corrigindo os nossos erros, os nossos colegas, Prof. José Mendonça, Virgílio de Castro Veado, Salomão Borges, Dídimo Paiva, Washington Mello, Paulo Lott, Tilden Santiago e, mais recentemente, o Manoelzinho - Manoel Guimarães - assim como Luiz Carlos Bernardes Peninha, Américo Antunes, alçado pela segunda vez à presidência da nossa Federação Nacional, e o nosso companheiro e diretor, Aluísio Morais.

Todos eles, em seu tempo, souberam honrar o cargo de Presidente do Sindicato dos Jornalistas de Minas. Apesar de muitas vezes em condições adversas, foram combatentes irreprováveis pela dignidade do jornalista e pela liberdade de imprensa. Durante o período negro da ditadura militar, já em sede própria, conquistada em 1966 pelo então Presidente Virgílio de Castro Veado, o Sindicato respondia de forma corajosa à

provocação covarde dos militares que tomaram de assalto o País, deixando uma marca de sangue em nossa história.

Foi redigido, na sede do Sindicato dos Jornalistas, um documento público que traduzia a indignação contra o regime instalado pela força e protestava contra as prisões arbitrárias dos jornalistas Célius Aulicus, o nosso saudoso General, Ponce de León, e nosso eterno conselheiro, Guy de Almeida. A partir daí, muitos foram os protestos que nasceram entre aquelas paredes e ganharam as ruas.

Dessa forma, com ousadia e coragem, o Sindicato se tornava uma ilha de democracia num país do terror, abrigando centenas de pessoas que resistiam ao Estado autoritário. As portas sempre abertas do Sindicato estimularam outros grupos a formarem ali os seus próprios sindicatos, seus movimentos, suas associações, porque ali não havia, e não há, nenhuma censura ideológica. Todos os que defendiam arduamente a democracia encontravam guarida na Casa dos Jornalistas e ali exerciam o seu direito sagrado à livre expressão, ensaiando uma luta que ganharia, alguns anos depois, as ruas do País.

Esta ousadia, no entanto, também atraía a raiva dos nossos opositores, que se aproveitavam da noite para destilar a sua covardia. Fomos vítimas de ataques a bomba e furtos mal explicados e ainda, recentemente, os ditadores de plantão tentaram inutilmente nos intimidar pela força. Eles, infelizmente, estão soltos e isto vem a provar que nossa tarefa de construir a democracia ainda não terminou.

Como respostas às agressões, nós reconstruímos as paredes, revigoramos as nossas convicções e partimos em rumo a um Brasil democrático e livre, sem atropelos e sempre direcionados para a justiça social e a solidariedade humana. Depois de 50 anos de luta, estamos todos orgulhosos de saber que, a qualquer agressão contra o Sindicato e a Casa dos Jornalistas, toda a sociedade se levanta em um protesto uníssono, que faz calarem-se os opositores, pois nossa entidade se tornou símbolo da democracia e da liberdade.

Entendemos que um dos pilares de qualquer regime livre é a liberdade de imprensa. Não presenciaremos o exercício da cidadania enquanto todos os cidadãos não estiverem plenamente informados e, dessa forma, capazes de decidir o seu próprio destino. Aí reside a tarefa social do jornalista. Por isso, quando o Sindicato empunha a bandeira da valorização profissional, por salários dignos e por condições de trabalho, quer também garantir esse direito legítimo à informação.

Não podemos, portanto, compactuar com a realidade em que vive grande parte dos jornalistas de Minas, principalmente os repórteres, aqueles que estão na ponta da notícia e são a essência do jornalismo. Gostaríamos, com a permissão dos senhores, de lançar um alerta aos empresários da Comunicação em Minas: Valorizem seus profissionais, invistam neles. São eles que irão revigorar a imprensa mineira. São eles que, de forma apaixonada, vibrante, podem trazer um novo alento a este mercado.

Não serão os mirabolantes projetos gráficos, as cores espetaculares, as invenções da teleinformática que revolucionarão esta secular profissão. Ao contrário, a solução está aqui, nesses profissionais. São eles hoje os autores da história que se contará daqui a outros 50 anos. Portanto, meus amigos, gostaríamos de transformar esta grande festa também num momento de reflexão, pois só seremos verdadeiros profissionais à medida que tivermos a capacidade de repensar o jornalismo, descobrir novas formas, afugentar os vícios, escorar-nos nos princípios éticos e amadurecermos na experiência de nossos mestres e antecessores.

Em nome de toda a categoria, agradecemos ao Deputado Alencar da Silveira Júnior pela proposição desta sessão solene, que muito nos honra, e a todos os Deputados desta Casa. Esta modesta homenagem aos ex-Presidentes do Sindicato dos Jornalistas é para nós a reafirmação do compromisso selado em setembro de 1945, quando se colocou o Sindicato no centro da luta democrática. Pesa sobre nós a responsabilidade destes 50 anos que, neste momento, dividimos com todos aqueles que acreditam num novo país, onde a miséria será substituída pela dignidade, a censura pela liberdade e a competição pelo sentimento universal da solidariedade. Estes serão os pilares de um regime livre que um dia, sem dúvida, iremos conquistar, com liberdade de imprensa e dignidade profissional. Muito obrigado.

Entrega de Comendas

O locutor (Sr. José Soares Júnior) - O Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas tornou-se símbolo da defesa da liberdade de imprensa e da democracia. Em seus 50 anos de história, foi alvo da ação de ditadores e terroristas, que se frustraram nas tentativas de intimidar aqueles que sempre acreditaram em nosso País e em nosso povo.

Neste cinquentenário, a homenagem aos ex-Presidentes do Sindicato, que dedicaram anos de suas vidas à preservação desse sonho, construindo, com suas palavras, escritas ou faladas, a consciência do direito, da ética e da liberdade.

Convidamos, agora, o jornalista Geraldo Melo Corrêa, atual Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, para agradecer o primeiro Presidente do Sindicato dos Jornalistas, gestões 1945 a 1950 e 1955 a 1957, jornalista Ney Otaviano

Bernis. (- Pausa.)

Neste momento, o jornalista Ney Otaviano Bernis passa a agradecer os demais ex-Presidentes do Sindicato. Convidamos o jornalista José Mendonça, gestão 1951 a 1953. (- Pausa.)

Para receber a comenda em memória do jornalista Cid Rebelo Horta, gestão 1953 a 1955, convidamos o seu filho, Rodrigo Andrade Rebelo Horta. (- Pausa.) Convidamos para receber a comenda em memória do jornalista José Frederico Sobrinho, gestão 1957 a 1961, a sua filha, Lílian Fontes Frederico. Convidamos, para receber a comenda em memória do jornalista Ricardo de Carvalho, gestão 1961 a 1963, a sua esposa, Sra. Grace Portela Carvalho Barbosa. (- Pausa.) Convidamos, para receber a comenda em memória do jornalista Gonçalo Coelho dos Santos, gestão 1963 a 1965, a sua esposa, Sra. Déa Melo Santos. (- Pausa.) Jornalista Dídimio Miranda de Paiva, gestão 1975 a 1978. (- Pausa.) Jornalista Washington Tadeu de Melo, gestão 1978 a 1980. (- Pausa.) Jornalista Paulo Emílio Coelho Lott, gestão 1979 a 1981. (- Pausa.) Convidamos o Deputado Federal, jornalista Tilden José Santiago, gestão 1981 a 1984. (- Pausa.) Jornalista Manoel Marcos Guimarães, gestão 1984 a 1987. (- Pausa.) Jornalista Luís Carlos de Assis Bernardes, gestão 1987 a 1990. (- Pausa.) Convidamos o Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ - jornalista Américo César Antunes, gestão 1990 a 1992. (- Pausa.)

Neste momento, encerrando a entrega de comendas, o primeiro Presidente do Sindicato dos Jornalistas, Ney Otaviano Bernis, agradecerá o atual Presidente, jornalista Geraldo Melo Corrêa.

- Procede-se à entrega da comenda.

Palavras do Jornalista Américo Antunes

Exmo. Sr. Deputado Wanderley Ávila, Presidente em exercício da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Exmo. Sr. José Ulisses de Oliveira, Secretário de Estado de Comunicação Social; Exmo. Sr. jornalista Geraldo Melo Corrêa, Presidente do Sindicato dos Jornalistas de Minas e meu grande amigo; Exma. Sra. Senadora Júnia Marise; Exmo. Sr. Senador Francelino Pereira; Deputado Federal José Santana de Vasconcellos; Deputado Federal Nilmário Miranda; Deputado Federal Tilden Santiago; Exmo. Sr. Secretário de Ciência e Tecnologia, Deputado Mauro Lobo; senhoras e senhores, é grande a nossa satisfação em estar aqui recebendo esta homenagem, em nome dos ex-Presidentes do Sindicato dos Jornalistas de Minas, nas comemorações de seu cinquentenário. Em tempos de exaltação à busca de saídas individuais, de elogio ao "ego" e do "cada um por si", é um orgulho para nós esta homenagem, esta comemoração pelo aniversário de uma entidade, que é fruto do trabalho coletivo, da luta daqueles que nas mais difíceis situações destes últimos 50 anos ousaram acreditar na união, na solidariedade e na cooperação.

Hoje, como antes, o sistema tenta confinar tais princípios de união e luta coletiva às páginas da literatura arqueológica, exemplos de esperanças utópicas ou radicalismos. Porém, a trajetória do Sindicato dos Jornalistas e o seu cinquentenário são a prova de que justiça social, democracia, liberdade e cidadania - aspirações permanentes da humanidade - só serão possíveis exatamente com a união, a solidariedade e a cooperação entre os homens.

Esta é a lição dos 50 anos.

Mas vivemos tempos ainda mais complexos: a velocidade das transformações tecnológicas exalta a era das comunicações, da interação via computadores e da sociedade da informação. No entanto, este fascinante e mistificado progresso tecnológico não resolveu uma exigência fundamental da sociedade contemporânea: a democratização das comunicações. De fato, da Walt Disney à Globo, os grandes grupos de multimídia que se conformam em todo o mundo acabam por determinar a agenda política, econômica e cultural - o dia-a-dia das pessoas -, sem submeter-se a qualquer interesse público ou controle democrático. Neste cenário, o grande desafio que se coloca desde já é tornar os meios de comunicação permeáveis à sociedade, sujeitos aos interesses sociais. Mas o que fazer para que esta extraordinária conquista da humanidade - os meios de comunicação - seja colocada a serviço do pluralismo, da democracia e da ética?

Estamos convictos de que esta será a tônica dos próximos 50 anos do Sindicato dos Jornalistas de Minas e temos certeza de que os mesmos compromissos que guiaram o trabalho de todos nós até agora estarão presentes em setembro de 2045. Quem sabe poderemos, naquele aniversário, estar comemorando a conquista dos objetivos de nossas gerações: um país democrático e com justiça social, sem fome e miséria, para o qual os jornalistas e os meios de comunicação deram a sua contribuição, resgatando a informação como um bem social e um direito de cidadania?

Em nome de todos os ex-Presidentes, dos ex-Diretores e dos funcionários que, com paixão e trabalho, deram o melhor de seus esforços para esta luta, nosso muito obrigado.

Apresentação do Coral da ASTER

O Sr. Presidente - Convido os presentes a ouvir a apresentação do Coral da ASTER,

que interpretará as músicas "Vira, Virou", de Kleiton e Kledir, e "Andança", de Caymmi e Tapajós, sob a regência do Maestro Sérgio Lúcio Alves.

- Procede-se à apresentação.

Entrega de Placa

O Sr. Presidente - Esta Presidência tem a honra de proceder à entrega de uma placa alusiva a esta comemoração ao jornalista Geraldo Melo Corrêa, Presidente do Sindicato dos Jornalistas, com os seguintes dizeres: "Ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, no cinquentenário de sua fundação, a homenagem e o reconhecimento do Poder Legislativo pelo seu histórico compromisso com a liberdade e pela sua permanente defesa dos valores democráticos, aliados ao exercício sempre independente de representação sindical dos jornalistas mineiros".

Palavras do Sr. Presidente

Esta solenidade que a Assembléia Legislativa promove em homenagem ao cinquentenário de fundação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais transcende o caráter meramente protocolar para configurar-se como autêntico ato público, que reconhece, na instituição da Av. Álvares Cabral, um valoroso instrumento de luta e de afirmação das liberdades políticas em Minas e no Brasil.

Efetivamente, se o Sindicato dos Jornalistas nasceu sob o signo da restauração democrática de 1945, ele se tornaria, nas décadas de 60 e 70, também um símbolo como trincheira de resistência ao arbítrio e à prepotência dos donos do poder. Seus Presidentes e seus Diretores, bem como seus associados, jamais desertaram deste compromisso que é gênese e razão de ser do próprio sindicato - o compromisso de servir à causa democrática, servindo à liberdade de pensamento e de informação.

A informação nos dias de hoje constitui, mais do que em qualquer outra época da história da humanidade, um bem imprescindível ao ser humano. Organizando-se em comunidades, por natureza, por vínculos sociais e afetivos e por necessidade de preservação de valores e conquistas, criando e permutando conhecimentos e experiências, o homem fez do saber coletivo e acumulado seu principal instrumento de evolução.

Como parte desse processo, a comunicação, em suas múltiplas formas, tornou-se tão indispensável ao cidadão contemporâneo, que sem ela seria difícil imaginar o desempenho de qualquer atividade, seja no esmero da inteligência, no aprofundamento das ciências, na gestão dos empreendimentos econômicos, no exercício político e mesmo no cumprimento das tarefas quotidianas, por mais desprezíveis ou elementares que possam parecer.

O processo de comunicação, que a tecnologia parece tornar cada vez mais instantâneo e universal, tem como função precípua propiciar à cidadania a prerrogativa de exercer, de forma consciente e participativa, seus direitos e deveres como instância primeira e última da própria organização social e política da sociedade. Exatamente aí se insere uma extraordinária convergência entre os destinos do Poder Legislativo e da imprensa. O primeiro, como órgão de representação popular, e a segunda, como rosto e voz da opinião pública, só podem prosperar e exercer a plenitude de suas atribuições na exata medida em que se afirmem graus crescentes do exercício democrático no conjunto da própria sociedade.

Não por coincidência, nossas instituições têm sido, ao longo do tempo, aliadas, forças solidárias de movimentos políticos e sociais que hoje integram a história de Minas e do País, pois ambas estão a serviço, em espaços diferentes, de objetivos comuns, que convergem na construção democrática das instituições brasileiras. Em sua missão de buscar incessantemente a verdade, de apontar erros e acertos, de denunciar abusos e irregularidades, de questionar comportamentos ímprobos, de manter acesa a discussão sobre os valores éticos, de retratar as condições de vida da população, de analisar o desempenho dos órgãos e instituições públicas, a imprensa exerce um papel fundamental como força de equilíbrio e como consciência crítica da sociedade.

Sabemos que o jornalista, agente por excelência dessa complexa e difícil missão, carrega consigo uma grave responsabilidade no constante exercício de consciência sobre as informações de que dispõe, em vista das repercussões que podem advir de sua divulgação. Daí a responsabilidade e também a grande contribuição que o profissional da imprensa aporta à sociedade ao fornecer-lhe, no vasto painel informativo produzido pelos veículos de comunicação, elementos que alimentam a reflexão sobre sua realidade, extraíndo daí os rumos adequados para transformar essa realidade.

Através desse exercício de transparência, a imprensa nos proporciona uma plataforma avançada para consolidarmos os caminhos da democracia. Eis porque, com justa razão, a imprensa também é conhecida como "Quarto Poder", expressão que, no passado recente da vida política brasileira, se transformou em poder primordial para que a Nação vencesse uma delicada transição dentro dos quadros constitucionais vigentes.

Em sintonia fina com sua função representativa, o Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais jamais permaneceu a reboque das alternativas vividas pela imprensa e pelos profissionais que representa. Tem sido, neste meio século, sem nenhum favor, uma instituição de vanguarda em nosso Estado, sempre abrindo espaço ao debate, sempre de

de discussão, o Deputado Almir Cardoso, autor da proposição, tece considerações a respeito da conveniência do projeto e solicita aos parlamentares que o aprovem. Após discussão e votação, é aprovado o parecer. Às 10h30min, o Presidente suspende os trabalhos para que se realize a Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública, de Assuntos Municipais e Regionalização e de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Às 12h45min, o Presidente, Deputado Geraldo Santanna, reabre os trabalhos. Registra-se a presença dos Deputados Arnaldo Penna, Leonídio Bouças e Alencar da Silveira Júnior (substituindo este ao Deputado Marcelo Gonçalves, por indicação da Liderança do PDT). Com a palavra, o Deputado Arnaldo Penna, relator do Projeto de Lei nº 396/95, apresenta requerimento solicitando seja a proposição baixada em diligência, o que é deferido pela Presidência. Ainda com a palavra, o Deputado Arnaldo Penna, relator do Projeto de Lei nº 400/95, emite parecer no qual conclui pela inconstitucionalidade, pela antijuridicidade e pela ilegalidade da matéria. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. Nos termos do Regimento Interno, o Projeto de Lei nº 400/95 é encaminhado ao Plenário para inclusão em ordem do dia. Com a palavra, o Deputado Geraldo Santanna, relator do Projeto de Resolução nº 416/95, emite parecer no qual conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade da matéria. Submetido a discussão e a votação, é aprovado o parecer. Passa-se à 2ª fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. O Presidente passa a palavra ao Deputado Leonídio Bouças, que emite pareceres que concluem pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade dos Projetos de Lei nºs 399, 403/95, e pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade do Projeto de Lei nº 401/95 com a Emenda nº 1, que apresenta. Submetidos a discussão e a votação, cada um por sua vez, são aprovados os pareceres. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de setembro de 1995.

Geraldo Santanna, Presidente - Arnaldo Penna - Anivaldo Coelho - Simão Pedro Toledo.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA SOCIAL

Às dez horas e quarenta minutos do dia dezessete de agosto de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Djalma Diniz, Glycon Terra Pinto e Anderson Aduato, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Djalma Diniz, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Glycon Terra Pinto que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos parlamentares presentes. A seguir, o Presidente distribui ao Deputado Anderson Aduato o Requerimento nº 585/95, de autoria do Deputado Ivair Nogueira. Passa-se à 2ª parte da reunião, com a votação de proposições de deliberação conclusiva da Comissão. O Deputado Anderson Aduato emite parecer oral, concluindo pela aprovação da proposição a ele distribuída. Submetido a votação, é aprovado o requerimento. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de setembro de 1995.

Djalma Diniz, Presidente - Paulo Schettino - Miguel Martini.

MATÉRIA VOTADA

MATÉRIA APROVADA NA 76ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, EM 19/9/95

Requerimentos do Deputado Romeu Queiroz (2), em que solicita tramitação em regime de urgência para o Projeto de Lei nº 427/95 e para a Mensagem nº 8/95, bem como para o projeto de resolução dela decorrente.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 20/9/95

1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 às 15 horas)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15 às 16 horas)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

Requerimento nº 480/95, do Deputado Glycon Terra Pinto, em que pede a inserção, nos anais da Casa, dos Projetos de Lei Municipal do Plano Diretor e de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte, bem como as propostas de emendas aos projetos elaboradas pela Comissão do Fórum dos Evangélicos. A Mesa da Assembléia opina pela rejeição do requerimento.

Requerimento nº 540/95, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, pedindo informações ao Governador do Estado sobre a situação funcional e financeira da Rádio Inconfidência. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16 às 18 horas)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 343/95, do Governador do Estado, que institui as Regiões Administrativas no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela sua aprovação com as Emendas nºs 2 a 10, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 2 a 10, apresentadas pela Comissão de Administração Pública, e 11 e 12, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ficando prejudicadas a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, as Emendas nºs 2 a 10, da Comissão de Administração Pública, e as Emendas nºs 11 e 12, da Comissão de Assuntos Municipais. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública para parecer. Nos termos do § 1º do art. 220 do Regimento Interno, a Comissão de Administração Pública devolveu o projeto a Plenário para apreciação em turno único. Encerrada a discussão, foi designado relator em Plenário o Deputado Romeu Queiroz, para emitir parecer sobre as emendas.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 407/95, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel ao patrimônio do Município de Ouro Preto. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela sua aprovação com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 367/95, do Governador do Estado, que cria o Fundo Estadual de Saúde - FES - e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1 a 5, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5/95, do Deputado Marcos Helênio, que dispõe sobre incentivo fiscal para apoio à realização de projetos de geração de postos de trabalho, no âmbito do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 41/95, do Deputado José Maria Barros, que autoriza a reversão à Prefeitura Municipal de Acaiaca de imóvel que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 43/95, do Deputado Marcos Helênio (ex-Projeto de Lei nº 1.326/93, da ex-Deputada Maria Elvira), que dispõe sobre a gratuidade do registro de casamento para os reconhecidamente pobres. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam pela sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 56/95, do Deputado Raul Lima Neto, que dispõe sobre o respeito aos direitos mínimos dos cidadãos brasileiros e estrangeiros que viajam de ônibus e usam as estações rodoviárias e paradas obrigatórias no Estado

de Minas Gerais. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Saúde e Ação Social opina pela aprovação do projeto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 93/95, do Deputado Ronaldo Vasconcellos, que dispõe sobre a instalação de gabinete sanitário nos veículos automotores destinados ao transporte rodoviário coletivo intermunicipal de passageiros. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 5, que apresenta. As Comissões de Saúde e Ação Social e de Defesa do Consumidor opinam pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 2 a 5, da Comissão de Justiça, e pela rejeição da Emenda nº 1, também da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 210/95, do Deputado Marcos Helênio, que assegura a livre organização estudantil e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opina pela sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 220/95, do Deputado Geraldo Rezende, que dispõe sobre a criação da Escola Técnica Estadual de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto, na forma do Substitutivo nº 2, apresentado pela Comissão de Educação.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 20/9/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposição da Comissão:

Requerimento do Deputado Marcelo Gonçalves, em que solicita o desarquivamento do processo de emancipação do Distrito de Vila Almeida, no Município de Jaboticatubas.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA ENERGÉTICA, HÍDRICA E MINERÁRIA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 20/9/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir o Sr. Carlos Alberto Cotta, Presidente da COMIG, que prestará informações sobre questões relacionadas com o setor minerário, e discutir assuntos de interesse da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA, NO PRAZO DE 120 DIAS, INVESTIGAR A DESAPROPRIAÇÃO REALIZADA PELA CODEVASF, NA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO GURUTUBA, NA REGIÃO NORTE DE MINAS, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 20/9/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: dar posse ao Vice-Presidente e discutir assuntos de interesse da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 20/9/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir o Sr. José Roberto Vasconcellos Novaes, Presidente da COHAB-MG, que discorrerá sobre assunto pertinente ao Projeto de Lei nº 406/95, de autoria do Governador do Estado.

Discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 175/95, do Deputado Marcos Helênio.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 20/9/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os membros da Comissão do Movimento SOS Córrego da Baleia da Região Leste de Belo Horizonte, que discorrerão sobre a atual situação da referida entidade.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 21/9/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir representantes de entidades públicas sobre os recursos constitucionalmente concedidos à FAPEMIG e a sua aplicação.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, parágrafo único, I, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 20/9/95, destinada a primeira à apreciação dos Projetos de Lei n°s 343/95, do Governador do Estado, que institui as regiões administrativas no Estado de Minas Gerais e dá outras providências, 407/95, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel ao patrimônio do Município de Ouro Preto, 367/95, do Governador do Estado, que cria o Fundo Estadual de Saúde e dá outras providências, 5/95, do Deputado Marcos Helênio, que dispõe sobre incentivo fiscal para apoio à realização de projetos de geração de postos de trabalho, no âmbito do Estado de Minas Gerais, 41/95, do Deputado José Maria Barros, que autoriza a reversão à Prefeitura Municipal de Acaiaca de imóvel que menciona, 43/95, do Deputado Marcos Helênio, que dispõe sobre a gratuidade do registro de casamento para os reconhecidamente pobres, 93/95, do Deputado Ronaldo Vasconcellos, que dispõe sobre a instalação de gabinete sanitário nos veículos automotores destinados ao transporte rodoviário coletivo intermunicipal de passageiros, e 220/95, do Deputado Geraldo Rezende, que dispõe sobre a criação da Escola Técnica Estadual de Minas Gerais; e à discussão e à votação de pareceres de redação final, e a segunda, à discussão e à votação de pareceres e à votação de requerimentos, a saber: pareceres da Comissão de Justiça sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei Complementar n° 6/95, do Deputado José Bonifácio, que dispõe sobre a Justiça de Paz, regulamenta a eleição e o exercício de Juizes de Paz e dá outras providências, e do Projeto de Lei n° 168/95, do Deputado Ronaldo Vasconcellos, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Rio Casca, e à apreciação da matéria constante na primeira, acrescida dos Projetos de Lei n°s 408/95, do Governador do Estado, que autoriza o Instituto da Previdência dos Servidores Militares do Estado a vender parte do imóvel de sua propriedade, situado no Bairro Belmonte, nesta Capital, 56/95, do Deputado Raul Lima Neto, que dispõe sobre o respeito aos direitos mínimos dos cidadãos brasileiros e estrangeiros que viajam de ônibus e usam as estações rodoviárias e paradas obrigatórias no Estado de Minas Gerais, e 210/95, do Deputado Marcos Helênio, que assegura a livre organização estudantil e dá outras providências; e à discussão e à votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 19 de setembro de 1995.

Agostinho Patrús, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Comissão Especial para Verificar "In Loco" a Situação do Projeto Jaíba, no Município de Jaíba

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ivo José, Geraldo Santanna, Marcelo Cecé e Elbe Brandão, membros da Comissão supracitada, para a 1ª Reunião Extraordinária, a ser realizada no dia 20 de setembro, às 14h30min, no Plenarinho III, com a finalidade de se apreciar o relatório final da Comissão.

Sala das Comissões, 19 de setembro de 1995.

Carlos Pimenta, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÃO

**PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI
Nº 309/95**

Comissão de Defesa Social
Relatório

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado João Batista de Oliveira, tem como objetivo tornar públicos os documentos dos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social - DOPS -, relativos ao período de 1964 a 1985.

Publicado em 17/6/95, foi o projeto distribuído à Comissão de Constituição e Justiça, que, em 22/8/95, emitiu parecer pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade da matéria.

Agora, para atender ao disposto no art. 195, c/c o art. 103, VII, "c", do Regimento Interno, vem a proposição a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito.

Fundamentação

A proposição ora apreciada tem como objetivo franquear à população o acesso aos arquivos mantidos pelo extinto DOPS, durante o período de exceção.

É de suma importância para a sociedade a medida sugerida no projeto. Não se justifica, em um regime democrático, a manutenção de arquivos fechados, sob o monopólio de organismos de repressão que operaram durante o regime autoritário.

Nada mais justo do que se permitir, principalmente àqueles que, à época, colocaram sua liberdade a serviço da democracia, o pleno acesso a todos os documentos arquivados no DOPS e mantidos até hoje sob sigilo absoluto.

Ao se trazerem tais documentos e informações ao domínio público, não há dúvida de que estaremos possibilitando o conhecimento de uma parte da história política do País, sobre a qual deve ser feita uma profunda reflexão, com vistas a se planejar um futuro menos sombrio.

Assim, entendemos que o projeto em tela merece a plena acolhida desta Casa, pois, além de oportuno, traz uma inquestionável contribuição para o aprimoramento da democracia.

Conclusão

Pelas razões aduzidas, opinamos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 309/95 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 14 de setembro de 1995.

Djalma Diniz, Presidente - Miguel Martini, relator - Paulo Schettino.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

**75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA
Discursos Proferidos em 14/9/95**

O Deputado Ivair Nogueira - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Pelo Fim do Desrespeito

O programa para implantação e operação dos trens urbanos sobre trilhos em Belo Horizonte, iniciado na década de 80, completa 13 anos sofrendo paralisações por falta de recursos. Nesse período, foram investidos R\$430.000.000,00 no projeto, totalmente mutilado na sua forma original, prejudicando áreas densamente povoadas na Capital e na região metropolitana, numa atitude que revela inversão de prioridades, em que o povo sai perdendo de forma irreversível.

Em seu projeto original, o metrô seria implantado em 3 fases, num total de 58km de linhas. Nesse percurso, passou por várias alterações, inclusive com uma mudança na rota que o levaria até Betim. Em sua terceira etapa, o metrô atenderia a mais sete estações da região metropolitana, passando pelos Bairros Novo Eldorado, Bernardo Monteiro, Imbiruçu, PTB, Alterosas e Betim Industrial. Esses bairros formam uma região que abriga grande classe trabalhadora, dependente do sofrível transporte de ônibus.

As obras foram desviadas para Venda Nova, apesar de, em função do projeto original do metrô, ter sido desativado o subúrbio que atendia os moradores e, principalmente, a classe trabalhadora da região metropolitana. No ano passado, o Congresso Nacional aprovou verba para o prosseguimento das obras até a região de Venda Nova. E agora, para nossa perplexidade, tomamos conhecimento de que parte dos recursos foi remanejada para Porto Alegre. A indignação dos belo-horizontinos diante desse fato é a mesma dos moradores de Contagem e Betim, que também tiveram seus sonhos adiados e

sentiram o mesmo descaso diante dos interesses que porventura motivaram esses desvios. A comparação apresentada não vem simplesmente mostrar o confronto de valores e prioridades, mas sim alertar que não é mais possível fugir do compromisso com a qualidade de vida da população.

É necessário e urgente que o Governo do Estado, as Prefeituras envolvidas e empresas públicas e privadas se aliem na busca de alternativas para a extensão do metrô até Betim - passando pelo Barreiro - e outras cidades do entorno metropolitano. A iniciativa privada, por que não, deve participar desse processo, em que seria a maior beneficiada com um transporte eficiente e de mais baixo custo para seus trabalhadores. São beneficiadas também as empresas públicas, para que cumpram o seu papel social, incluindo aí a PETROBRÁS, que possui uma refinaria no meio do trajeto até Betim e, sem dúvida, ganharia em custos e benefícios com essa obra.

São essas as razões que nos motivam a prosseguir nessa luta, buscando alternativas para viabilizar o projeto de extensão do metrô até Betim, cidade que sedia indústrias de grande porte e exige um transporte mais rápido, eficiente e de baixo custo para atender seus trabalhadores, uma massa operária que ainda depende do tão ultrapassado transporte rodoviário, em meio ao tráfego intenso e perigoso da Rodovia Fernão Dias, a BR-381.

Recentemente pedimos a criação de um consórcio envolvendo órgãos públicos e iniciativa privada, mas ainda aguardamos o retorno do Governo de Minas sobre a proposta. Apresentamos também a possibilidade da volta do subúrbio como medida alternativa até a chegada do metrô, mas tivemos resposta negativa da Rede Ferroviária, que hoje prioriza o transporte de carga nas linhas existentes. Como as atitudes adotadas até agora demonstram que o povo continuará acalentando, por mais alguns anos, o sonho de ver seu metrô concluído, apresentei requerimento esta semana à Assembléia Legislativa pedindo a formação de uma comissão especial para apurar quais as negociações existentes para o prosseguimento do programa de extensão do metrô. Queremos levantar o que já existe de concreto nesse projeto e a real possibilidade de levá-lo adiante, pois sabemos que qualquer linha de financiamento exigiria mais anos de espera. Não podemos esperar mais. A população da região metropolitana não merece o tratamento que vem recebendo no caso do transporte de massa. Muito obrigado.

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao iniciar nosso pronunciamento aqui, nesta tarde, faremos mais um lamento por acontecimentos que vêm se tornando rotina na área da saúde pública, não só deste Estado, como também do País. Agora há pouco ouvimos, em um telejornal vespertino, a notícia de que a Casa de Saúde São Sebastião, tão tradicional nesta cidade, situada na Avenida Augusto de Lima, que tem como Diretor Clínico um companheiro meu de jornada, de Maternidade, de exercício profissional em Belo Horizonte, Dr. Geraldo Botelho, a partir de hoje, está fechando suas portas. É mais uma casa de saúde, mais um hospital que não está resistindo ao rumo dos acontecimentos dessa crise perversa que continua rondando o País; não está resistindo à cobrança do próprio aluguel do prédio onde está instalado há 30 anos.

Esse é um registro lamentável que faço aqui, quando venho à tribuna para dizer que protocolamos ontem, junto à Presidência desta Casa, dois requerimentos, dirigidos ao Sr. Presidente da República e aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, cujo teor é o seguinte.

- Faz a leitura de dois requerimentos de sua autoria, publicados na edição de 16/9/95.

A justificação desses requerimentos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a síntese de um documento da Associação Médica do Estado de Minas Gerais, feito por uma comissão de ensino médico instalada nesse órgão. Aproveitamos o teor desse documento não como plágio, mas como embasamento. Registramos, portanto, que não é um plágio a justificação do nosso requerimento. Apenas fizemos uso de um palavreado técnico, de um raciocínio objetivo e qualificado da Comissão de Ensino da Associação Médica do Estado de Minas Gerais, tomados como subsídio para nossa justificação.

A respeito desse requerimento, devemos dizer, ainda, que tudo começou em 16/3/95, quando o Sr. Presidente da República editou a Medida Provisória nº 938, que diz, em seu art. 3º, que o Ministério da Educação e do Desporto fará realizar exames de avaliação dos conhecimentos adquiridos pelos alunos das últimas séries dos cursos de graduação das instituições de ensino superior, acrescentando que os resultados dessas provas refletirão o desempenho de cada curso e serão considerados quando do processo de credenciamento da respectiva instituição.

Pois bem, Sr. Presidente e Srs. Deputados, como pode um exame único, um exame estático, em final de curso superior refletir o desempenho de um curso e o desempenho de um aluno de curso de graduação? Só se isso for um espelho de parque de diversões; só se isso se refletir como espelho de circo, porque não é possível que um único exame julgue um curso completo, uma instituição, um aluno no final de curso. Isso não vai refletir o que um aluno aproveitou durante o curso de graduação.

Por isso estamos aqui, como porta-voz da Associação Médica de Minas Gerais - por que não dizer de sua Comissão de Ensino Médico, que elaborou o presente documento? - protestando contra a Medida Provisória nº 938, editada em 16/3/95 e reeditada em 28/7, com o nº 1.067. Falamos como porta-voz do Dr. Lincoln Marcelo Freire, Presidente da Associação Médica de Minas Gerais; do Exmo. Dr. João Batista Gomes Soares, Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais, que não me coloca, em mãos, um documento por escrito. Como meu companheiro de bancos escolares, de bancos universitários, falo pelo Dr. João Batista Gomes Soares, porque a sua palavra, para mim, é uma palavra de honra, e ele me disse que o CRM-MG também tinha opinião consoante com a Associação Médica de Minas Gerais, contrária a esse exame que presume aquilatar a eficiência de um curso de graduação de 4, 5 ou 6 anos e, ao mesmo tempo, aquilatar o desempenho de um aluno numa simples e única prova estática, que não tem como demonstrar o aprendizado de tanto tempo.

O próprio documento, elaborado pela Comissão de Ensino da Associação Médica de Minas Gerais, que tem nomes de gabarito, não só da medicina como da ciência de Minas Gerais, como os Profs. Aloísio Sales da Cunha, que é seu Presidente; Carlos Haroldo Piancastelli, Secretário; Adilson Savi, que também é membro do CRMMG; Alcino Lázaro da Silva; Benedictus Philadelpho de Siqueira, também da Secretaria de Estado da Saúde; Edward Tonelli; Ênio Roberto Pietra Pedroso e Lucas Viana Machado.

Essa comissão vem, por meio deste parlamentar que lhes fala neste momento, transmitir seu protesto, seu repúdio às medidas provisórias que vêm, com uma certa obsolescência, tentar auferir o rendimento de um curso, auferir a capacidade dos alunos em final de curso. Como o próprio documento diz, "no mundo atual, a velocidade com que se verifica a expansão dos conhecimentos é vertiginosa e, por isso, com acelerada obsolescência dos mesmos, o que torna a lógica de um exame estático, estrito e simplista como inoportuna e enganosa."

Queríamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao mesmo tempo defender aqui o ensino público, porque estamos numa onda privatista neste País e não podemos admitir que, além da privatização da economia, passemos também para o lado enganoso da privatização dos cursos superiores, porque já estamos na fase de elitização do ensino.

Temos, aí, faculdades e universidades que estão fazendo da educação um grande comércio, uma grande exploração. Na nossa região, o Sul de Minas, faculdades estão cobrando de R\$1.000,00 a R\$1.200,00 por mês em determinados cursos. O que podemos esperar de um País de doutores desempregados, subempregados, comprando diplomas a preço de R\$1.000,00 a R\$1.200,00 por mês? Poderemos ter, amanhã, os maus profissionais que irão mercantilizar as suas profissões, que serão comerciantes em suas profissões, como na medicina, na advocacia e na engenharia, etc.

Como eles vão repor esses valores escorchantes que lhes são cobrados? Muitas vezes, para satisfazerem seus pais, que os querem ver formados em curso superior, se submetem a esses preços abusivos. E esses preços abusivos vão se refletir amanhã, no futuro profissional desses alunos, que vão ser mercadores também em sua profissão.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pessoas presentes às galerias, imprensa, ocupamos a tribuna nesta tarde para mencionar dois requerimentos a que demos entrada na Mesa. Esperamos o pronunciamento do Plenário sobre eles.

Vivemos um momento extremamente delicado da vida nacional. Prefeitos procuram a Assembléia em vista de dificuldades financeiras. Em Brasília, o Governo Federal já anuncia dificuldades. Empresários e trabalhadores se encontram e definem ações conjuntas para superarem o momento difícil que a recessão, hoje, já provoca no País. O desemprego atinge números elevados. Os salários sofrem queda à medida que o desemprego aumenta, e o Governo define sua política salarial de rebaixamento de salários. Vivemos isso muito claramente aqui, na Assembléia.

O Governo do Estado, diante da queda da receita do Estado, manda para cá um conjunto de medidas, um pacote de propostas para tentar transferir parte do nosso patrimônio para a iniciativa privada e ainda pede à Assembléia autorização para processo de endividamento de mais de US\$1.200.000.000,00. Entendemos que é fundamental que esta Casa se aprofunde no debate dessa questão.

Estamos preocupados porque o regime de urgência está correndo. Enquanto debatemos a questão das regionais - que é também muito importante -, o prazo do regime de urgência dos sete projetos e das duas emendas constitucionais que foram enviados pelo Governador está correndo. Entendemos que o Poder Legislativo não pode votar esses projetos tão importantes sem um debate profundo com a sociedade mineira e com esta Casa.

Entramos com dois requerimentos pedindo informações, por escrito, do montante da dívida global, externa e interna. A nossa dívida, principalmente a imobiliária, que em 1994 era de US\$4.500.000.000,00, hoje já soma US\$6.000.000.000,00. E isso sem contar que Minas Gerais, nos 12 últimos meses, pagou mais de US\$900.000.000,00 dessa dívida, o que corresponde a quase US\$100.000.000,00/mês, que estamos pagando. Isso é

muito sério e muito grave.

Queremos também saber claramente o dispêndio mensal com as dívidas externa e interna. O Secretário da Fazenda, João Heraldo, disse que o Estado estava despendendo quase R\$50.000.000,00 mas, pelos cálculos que temos, a receita do Estado, hoje, é da ordem de R\$425.000.000,00, sendo R\$370.000.000,00 de recursos do ICMS, mais o Fundo de Participação, o IPVA e outras transferências do Governo Federal totalizam um valor aproximado de R\$425.000.000,00. O Estado gasta mensalmente em torno de R\$200.000.000,00 com o pagamento do pessoal da ativa e R\$80.000.000,00 com o pessoal inativo e mais algo em torno de R\$30.000.000,00 a R\$40.000.000,00 com a manutenção da máquina. É evidente que restam quase R\$100.000.000,00. Queremos saber se toda essa quantia está sendo comprometida. O Estado suspendeu todos os investimentos. Então onde foi parar o restante desses recursos? Estamos querendo saber se tudo está comprometido com a dívida ou se são só R\$50.000.000,00. Se forem apenas R\$50.000.000,00, estão faltando mais de R\$45.000.000,00. Temos que saber onde está esse dinheiro. Além disso, entendemos fundamental que o Estado informe claramente quanto realmente está comprometido com a folha. O Vice-Governador disse que tem gasto, do início do ano até aqui, R\$65.000.000,00 com o pagamento das férias-prêmio vendidas pelos servidores. Fizemos uma avaliação de que havia demanda represada quando da aprovação da emenda e que, realmente, esse pagamento custou um pouco mais ao Estado, mas agora a questão é mais tranqüila. Se fizermos as contas da implementação, de novembro até agora, esses R\$65.000.000,00 divididos ao longo de 12 meses, vamos perceber que o Estado está gastando em torno de R\$5.000.000,00 ou R\$6.000.000,00 por mês a mais, o que, no total da folha, não representaria mais que 5 ou 6% do que o Estado arrecada. Então, queremos essas informações por parte do Estado.

Quanto é que o Estado vai arrecadar com a venda do CREDIREAL? O Estado, apenas no passivo, teria que complementar mais de R\$100.000.000,00 no CREDIREAL, sendo que o valor informado anteriormente na reunião que tivemos com o Secretário João Heraldo é de algo em torno de R\$100.000.000,00. Sendo assim, não estaríamos ganhando nada. Estaríamos tendo que colocar dinheiro para entregar o CREDIREAL à iniciativa privada. Queremos essas informações, como também a informação referente ao montante do lucro com as vendas da CEMIG e do BEMGE. Queremos essas informações, porque estamos vindo de um debate com a direção da CEMIG, quando nos alertavam de que venda de ações nos próximos 12 meses significaria perda de mais ou menos 36% para o Estado. Entendemos serem fundamentais essas questões para que possamos entender e ter condições de votar esse projeto. Não queremos que isso fique para a última hora, porque, caso contrário, estaremos comprometendo um patrimônio do Estado que talvez entre para amortizar parte da dívida. Com juros de 4 ou 5% na rolagem da dívida imobiliária, nossa dívida continuará crescendo e engolirá isso no máximo em seis meses. Acontecendo isso, continuaremos com dívidas elevadas e, ao mesmo tempo, sem patrimônio. Isso é fundamental para que possamos entender o que está ocorrendo hoje.

Não adianta o Secretário, Dr. Walfrido dos Mares Guia, dizer que as críticas e as informações são de pessoas que só pensam no fracasso. Queremos dizer ao Governador que precisamos de informações. O Governo foi eleito com uma proposta e os derrotados têm que aceitar. Mas nós também fomos eleitos para fiscalizar e para acompanhar, porque isso faz parte da democracia. Não vivemos em uma ditadura ou em um regime de partido único, então queremos transparência nas negociações porque a fiscalização nos compete. Queremos, por meio de um requerimento, fazer convite ao Governador. Sabemos que o Regimento não permite fazer convocação para que o Governador venha discutir com esta Casa, mas não nos impede de fazer-lhe convite para que ele venha debater conosco, como fez o Governador de São Paulo, Mário Covas, como fez o Governador do Rio de Janeiro, Marcelo Alencar, que foi à Assembléia Legislativa discutir com um poder que participa da administração, que é o Poder Legislativo, discutir como estão as negociações das dívidas e da situação do Estado com o Governo Federal.

Temos responsabilidade nisso. Meu requerimento é um convite ao Governador para que ele trave conosco debate de alto nível. De posse de informações seguras e concretas, este Poder poderá participar das decisões dessas questões financeiras, que são sérias. Cada vez mais o Poder Legislativo precisa resgatar sua autonomia, como muito bem vem fazendo o Deputado Agostinho Patrús, por meio do Colégio de Líderes. O Poder Legislativo vem perdendo, ao longo dos anos, sua dignidade. Isso ocorreu principalmente durante o período da ditadura militar.

Esperamos contar com o apoio e o entendimento desta Casa devido à seriedade do momento e à importância da nossa participação nas decisões dessas questões. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Álvaro Antônio* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, representantes da imprensa, o Deputado Ivair Nogueira, minutos atrás, veio a este microfone e levantou um problema que é de suma importância para nossa Capital. Trata-se do nosso metrô de superfície. Podemos dizer que temos saudades de Tancredo Neves e de Luís Verano. Um foi Governador de nosso Estado e o outro foi Prefeito de Belo Horizonte.

Luis Verano foi o primeiro administrador que pensou em um metrô para nossa cidade. Depois disso, nenhum outro administrador levantou sua voz com veemência e obstinação em defesa do metrô de nossa Capital. Essa questão vem se arrastando por mais de 15 anos. Por quê? Porque Minas Gerais não dá valor ao transporte. Minas Gerais é um dos poucos Estados da federação que não tem sua secretaria de transportes. Há vários órgãos encarregados do transporte. Uns projetam, outros executam. Mas, em Minas, não temos uma cabeça pensante, capaz de centralizar as ações de transporte do Estado e da Capital. É um corpo sem comando. Vários órgãos trabalhando aqui e ali, e o transporte continua cada vez pior, tanto no Estado quanto na Capital.

Quando Tancredo Neves assumiu os destinos deste Estado, uma de suas primeiras preocupações foi com relação ao transporte hidroviário de nosso Estado. Minas Gerais tem a segunda bacia hidrográfica do mundo, e ainda estamos sem qualquer estudo hidroviário. Começamos esses estudos juntamente com São Paulo, no Paraná-Tietê. Hoje, São Paulo já tem mais de 1.500km de vias navegáveis, o que também favorece Minas Gerais, lá no nariz mineiro. Aqui, não se toca mais no assunto do transporte hidroviário. O transporte aeroviário é outro que está abandonado. O nosso transporte rodoviário é eficiente devido ao excelente trabalho que fez e vem fazendo o DER-MG. O que notamos é que em Minas Gerais o transporte foi relegado a terceiro ou quarto plano. No entanto, é uma das coisas mais importantes para nosso Estado.

Lembro-me que, quando Secretário de Transportes de Minas Gerais, fui várias vezes a Pirapora. Era Prefeito daquele município o nosso atual Vice-Presidente, Deputado Wanderley Ávila. Naquela ocasião, Minas Gerais começava a fazer os primeiros planos para o transporte hidroviário no Estado. A construção de sete eclusas permitiria que se chegasse, por transporte hidroviário, até as proximidades de Santa Luzia; com mais seis, construídas na região de Três Marias, poderíamos chegar até Abaeté. Tudo isso foi jogado às traças, ficou relegado a segundo plano.

A construção do metrô de superfície de Belo Horizonte vem se arrastando por mais de 15 anos porque o Estado não possui uma secretariade transportes, que seria o foro dos debates, o órgão que buscaria em Brasília as soluções para o nosso Estado, e não ficaríamos apenas recebendo os pacotes de projetos que vêm da Capital federal, e que são implantados em Minas sem a mínima preocupação de discuti-los com qualquer segmento da sociedade mineira.

Há poucos dias, tivemos oportunidade de verificar a possibilidade da criação de uma parada do metrô de superfície de Belo Horizonte no Bairro Cabana do Pai Tomás. O metrô foi projetado para ir do centro da cidade até a estação do Eldorado, na vizinha Contagem, contudo deixaram de incluir nele - para os senhores avaliarem como os projetos são executados - uma estação naquele popular bairro que fica nas imediações dos Bairros Santa Maria e Benedito Valadares e constitui um dos maiores aglomerados de habitantes da nossa Capital. Não foi projetada uma parada nessa região; o trem metropolitano passa por ali e não serve à população, tornando-se ocioso o seu trajeto.

Foi bom o Deputado Ivair Nogueira ter lembrado o problema do metrô de superfície da nossa Capital, pedindo que ele chegue até Betim, o que é uma justa reivindicação e, mais uma vez, faço o apelo para que o metrô chegue até a região do Barreiro. Nada menos que 13% da sua demanda seria suprida com a inserção do Barreiro no projeto do trem metropolitano da nossa Capital.

Mais uma vez, também fica patente: temos que insistir junto ao Sr. Governador, com quem já tive uma conversa inicial, para a recriação da secretaria de transportes. Minas é um dos poucos Estados da federação que não possui uma secretaria de Estado de transportes. Se quisermos discutir o problema do transporte hoje, teremos uma discussão aleatória, porque não há um foro de debates em Minas. Continuaremos a receber os pacotes de projetos de Brasília, porque não temos um cérebro, que torne real a secretaria de Estado de transportes. Minas Gerais, um dos grandes Estados do País, não pode continuar no século passado com relação ao transporte. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Leonídio Bouças* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu gostaria de fazer o registro de mais um acidente ocorrido na BR-050, que liga a Capital do Estado de São Paulo a Brasília, e que corta toda a região do Triângulo, ligando seus dois principais municípios, que são Uberlândia e Uberaba.

Há cerca de uma semana houve ali um acidente, envolvendo uma carreta e uma perua Kombi, ocasião em que morreram dez pessoas, todas ocupantes da perua.

Estive neste Plenário, há alguns meses fazendo um outro registro, sobre a morte de sete pessoas, testemunhada por professores de Uberlândia quando se dirigiam a uma escola rural.

Venho comunicar o fato, embora não queira fazer previsões pessimistas, pois tenho a certeza absoluta de que teremos de voltar a esta tribuna, por muitas outras vezes, a fim de falar sobre acidentes ocorridos naquela estrada, desconhecida por muitos desta Capital e, talvez, por muitos dos Deputados aqui presentes. Trata-se da rodovia de maior tráfego de Minas Gerais. Dados do DER-MG indicam que tráfego na Rodovia Fernão

Dias é de 12.000 carros por dia, sendo que na BR-050, entre Uberlândia e Uberaba, o tráfego é de 17.000 veículos por dia.

Não queremos culpar o Governo do Estado por inoperância, até porque o atual Governo se instalou há poucos meses. Queremos é chamar a atenção para que aquela inauguração, que se deu no mês de agosto, solenidade na qual o Governador Eduardo Azeredo assinou a ordem de serviço para o imediato início das obras para a duplicação dessa rodovia, seja o marco de uma nova era. Temos a esperança de que as obras não parem, e de que, embora o dinheiro conseguido por meio do orçamento federal cubra os trabalhos de duplicação de apenas 14Km, elas possam ser estendidas a ponto de termos a duplicação da BR-050 em toda a extensão que corta a região do Triângulo.

Quero contar com o apoio incondicional de todos os Deputados, não só daqueles que, como o Deputado Anderson Adauto e outros da região, já têm trabalhado por essa causa, para que possamos tornar realidade a duplicação da BR-050, a de maior tráfego no Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 13/9/95, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, a Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, e de conformidade com a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 1.211, de 1995, assinou o seguinte ato relativo a cargo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

nomeando Geraldo Amorim Gomes para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Motorista, padrão AL-10, com exercício no gabinete do Deputado Sebastião Navarro Vieira.

EXTRATO DE CONVÊNIO

TERMOS DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E AS ENTIDADES ABAIXO DISCRIMINADAS, CUJO OBJETO É A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO PARA DESPESA DE CAPITAL

CONVÊNIO Nº 01006 - VALOR: R\$1.500,00.

ENTIDADE: OBRAS ASSISTENCIAIS SAO VICENTE PAULO - DIVINOPOLIS.

DEPUTADO: JAIME MARTINS.

CONVÊNIO Nº 01011 - VALOR: R\$5.000,00.

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL PEDRA INDAIA - PEDRA INDAIA.

DEPUTADO: EDUARDO BRAS.

CONVÊNIO Nº 01012 - VALOR: R\$5.000,00.

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL PEDRA INDAIA - PEDRA INDAIA.

DEPUTADO: EDUARDO BRAS.

CONVÊNIO Nº 01013 - VALOR: R\$2.000,00.

ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUN. BAIRRO SAO PAULO - BELO HORIZONTE.

DEPUTADO: PAULO SCHETTINO.

CONVÊNIO Nº 01014 - VALOR: R\$1.500,00.

ENTIDADE: ASSOCIACAO AMIGOS BAIRRO NOSSA SENHORA FATIMA - NOVA ERA.

DEPUTADO: ANTONIO ROBERTO.

CONVÊNIO Nº 01015 - VALOR: R\$1.500,00.

ENTIDADE: ASSOCIACAO PEQUENOS PRODUTORES MORADORES BARRO AMARELO - ITAÍPE.

DEPUTADO: MARIA ELVIRA.

CONVÊNIO Nº 01016 - VALOR: R\$22.900,00.

ENTIDADE: MOVIMENTO RECUPERACAO VIDAS BOM SAMARITANO - TEOFILO OTONI.

DEPUTADO: WILSON PIRES.

CONVÊNIO Nº 01017 - VALOR: R\$500,00.

ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUN. BAIRRO BELA VISTA - LEANDRO FERREIRA - LEANDRO FERREIRA.

DEPUTADO: MARIA ELVIRA.

CONVÊNIO Nº 01018 - VALOR: R\$500,00.

ENTIDADE: ASSOCIACAO FEMININA BAIRRO CASA BRANCA - BELO HORIZONTE.

DEPUTADO: MARIA ELVIRA.

CONVÊNIO Nº 01019 - VALOR: R\$1.500,00.

ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUN. SENHORA SANTANA LAGOINHA - BERILO.

DEPUTADO: ROMEU QUEIROZ.

CONVÊNIO N° 01020 - VALOR: R\$500,00.
ENTIDADE: CRECHE CRIANCA ESPERANCA - CONTAGEM.
DEPUTADO: MARIA ELVIRA.

CONVÊNIO N° 01021 - VALOR: R\$700,00.
ENTIDADE: CRECHE CASINHA VOVO - BELO HORIZONTE.
DEPUTADO: JOAO LEITE.

CONVÊNIO N° 01022 - VALOR: R\$2.400,00.
ENTIDADE: SOCIEDADE UNIDOS LEMEPRADENSE - MINAS NOVAS.
DEPUTADO: HOMERO DUARTE.

CONVÊNIO N° 01023 - VALOR: R\$6.000,00.
ENTIDADE: ALIANCA NACIONAL JUVENTUDE MINAS GERAIS - POUSO ALEGRE.
DEPUTADO: SIMAO PEDRO TOLEDO.

CONVÊNIO N° 01024 - VALOR: R\$2.700,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO MORADORES BAIRRO SAO JOAO - POUSO ALEGRE.
DEPUTADO: SIMAO PEDRO TOLEDO.

CONVÊNIO N° 01025 - VALOR: R\$5.000,00.
ENTIDADE: PROJETO PROVIDENCIA - BELO HORIZONTE.
DEPUTADO: JOSE MILITAO.

CONVÊNIO N° 01026 - VALOR: R\$2.200,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO BENEFICENTE 8 SET.ASILO STO.ANT.LAR STO.ANTONIO - UBERABA.
DEPUTADO: ANDERSON ADAUTO.

CONVÊNIO N° 01027 - VALOR: R\$1.500,00.
ENTIDADE: CRECHE CENTRO INFANTIL DONA BENTA - BELO HORIZONTE.
DEPUTADO: MARCOS HELENIO.

CONVÊNIO N° 01028 - VALOR: R\$22.000,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUN. ROSEIRAL - MUTUM.
DEPUTADO: DURVAL ANGELO.

CONVÊNIO N° 01029 - VALOR: R\$10.000,00.
ENTIDADE: CRECHE MENINO DEUS - BELO HORIZONTE - BELO HORIZONTE.
DEPUTADO: ANTONIO PINHEIRO.

CONVÊNIO N° 01030 - VALOR: R\$2.000,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO PEQUENOS MEDIOS PRODUTORES RURAIS PEDRA CHIFRE - ITAÍPE.
DEPUTADO: MARCOS HELENIO.

CONVÊNIO N° 01031 - VALOR: R\$1.500,00.
ENTIDADE: CENTRO DOCUMENTACAO ELOY FERREIRA SILVA - CONTAGEM.
DEPUTADO: MARCOS HELENIO.

CONVÊNIO N° 01032 - VALOR: R\$2.000,00.
ENTIDADE: CENTRO COMUN. SOCIAL NOVO HORIZONTE - IJACI.
DEPUTADO: ARNALDO CANARINHO.
